Volume 21 Issue 53
Originally issued as D3



Global Journal of human-social science: D
History, Archaeology & Anthropology
Volume 21 Issue 3 Version 1.0 Year 2021
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Social Interactions on the Rebellion of Vila Rica of 1720

By Carlos Mathias

Abstract- This article studies the social relations perpetrated by the participants of the Vila Rica revolt among themselves. In order to better understand these relationships, the text undertakes an analysis at both the micro and macro levels. About the micro level, the text focus on the role played by the individuals during the rebellion and, at the macro level the text focus on the changes in the government of the province. In terms of the methodology, the article is based in the social network analysis. In empirical terms, the article is bae in the research of all the power of attorney registered in the term of Vila do Carmo (district of Vila Rica, province of Minas Gerais) between 1712 and 1756. Finally, the article concludes by defending, among other points, the importance of the interdisciplinary dialogue between history and sociometry as a way to maximize the studies of social interactions by the actors involved in the revolt.

Keywords: *revolt, network, strategy.*

GJHSS-D Classification: *FOR Code: 430199*



Strictly as per the compliance and regulations of:



© 2021. Carlos Mathias. This research/review article is distributed under the terms of the Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). You must give appropriate credit to authors and reference this article if parts of the article are reproduced in any manner. Applicable licensing terms are at https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/.

Social Interactions on the Rebellion of Vila Rica of 1720

Interações Sociais na Revolta de Vila Rica de 1720

Carlos Mathias

Resumo- O presente artigo estuda as relações sociais perpetradas pelos participantes da revolta de Vila Rica entre si. Com o intuito de melhor compreender essas relações, o texto empreende uma análise tanto a nível micro, como macro. No que concerne ao nível micro, leva-se em consideração o papel desempenhado por tais indivíduos durante o movimento sublevacionista e, a nível macro, as alterações no governo da capitania. Para tanto, o artigo se vale, em termos metodológicos, da análise de rede social e, em termos empíricos, da pesquisa de todas as escrituras de procuração registadas no cartório do termo de Vila do Carmo (comarca de Vila Rica, capitania de Minas Gerais) entre 1712 e 1756. Por fim, o artigo conclui defendendo, dentre outros pontos, a importância do diálogo interdisciplinar entre história e sociometria como forma de maximizar os estudos das interações sociais estabelecidas pelos atores atuantes na revolta em questão.

Palavras-chave: *revolta, rede, estratégia.*

Abstract- This article studies the social relations perpetrated by the participants of the Vila Rica revolt among themselves. In order to better understand these relationships, the text undertakes an analysis at both the micro and macro levels. About the micro level, the text focus on the role played by the individuals during the rebellion and, at the macro level the text focus on the changes in the government of the province. In terms of the methodology, the article is based in the social network analysis. In empirical terms, the article is bae in the research of all the power of attorney registered in the term of Vila do Carmo (district of Vila Rica, province of Minas Gerais) between 1712 and 1756. Finally, the article concludes by defending, among other points, the importance of the interdisciplinary dialogue between history and sociometry as a way to maximize the studies of social interactions by the actors involved in the revolt.

Keywords: *revolt, network, strategy.*

I. Introdução

No final do século XVII, na região onde hoje está situado o estado de Minas Gerais, teve vez as descobertas de jazidas minerais que, em pouco tempo, levariam a um completo realinhamento não apenas da economia e da política na América Portuguesa, como também no próprio reino de Portugal. Tão logo as primeiras notícias dessas descobertas se fizeram chegar às mais variadas paragens dos domínios lusos, milhares de indivíduos se deslocaram para a futura capitania de Minas do Ouro com o objetivo de tomarem para si parte da riqueza recém anunciada. Naturalmente, o processo de ocupação e de organização populacional engendrou disputas da mais variada sorte, dando oportunidade para eclosão de movimentos como, por exemplo, a Guerra dos Emboabas entre 1707 e 1709. Para que melhor se compreenda a magnitude e a complexidade desse quadro, entre 1694 e 1736 (data oficial dos primeiros achados auríferos e ano do último grande motim que houve na capitania até a Conjuração Mineira em 1789, respectivamente), ocorrem 46 levantes no território de Minas. Mais de perto, o período de 1694 até 1720 respondeu por 80% dessas desordens, sendo que apenas no governo de d. Pedro Miguel de Almeida Portugal (conde de Assumar e governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro durante a revolta de Vila Rica) transcorreram 16 sublevações, perfazendo quase 35% do total (Campos, 2002).

Por si só, tais dados bastariam para demonstrar a importância do estudo das revoltas ocorridas nas primeiras décadas do setecentos face às atividades extrativas auríferas. Contudo, caso se tenha em consideração a natureza dos acontecimentos que ecoaram na comarca de Vila Rica no ano de 1720, ver-se-á o quão determinante essa revolta foi para o desenrolar da administração lisboeta por aquelas paragens. Sumariamente, o ardil perpetrado pelos insurgentes contra o governo de d. Pedro passou muito ao largo da mera insatisfação acerca da implementação das Casas de Fundição e Moeda na capitania. Voltadas para, dentre outros pontos, maximizarem a arrecadação dos impostos, minimizarem a circulação de ouro em pó e, por conseguinte, o contrabando, as Casas de Fundição consistiram em clara tentativa de refinar a administração da capitania. Porém, e segundo relato do próprio governador, o anúncio da medida restou por lançar os povos em grande descontentamento haja vista que eles se valiam de ouro em pó para pagamentos correntes. De toda sorte, os líderes da revolta apenas utilizaram as Casas de Fundição como desculpa para eclodir aquele que viria a ser o movimento contestatório mais relevante até 1789 (Kelmer Mathias, 2005).

Três foram os mais destacados líderes do motim: Manoel Mosqueira da Rosa, Pascoal da Silva Guimarães e Sebastião da Veiga Cabral. O primeiro buscava reaver seu ofício de ouvidor-geral da comarca

Author: *e-mail: clkmathias@gmail.com*

© 2021 Global Journals

de Vila Rica, o segundo intentava se tornar governador da capitania desde 1712 e o terceiro, afora vários entreveros que teve com d. Pedro desde 1717, contava com seus dois aliados em postos-chave com vistas à manutenção e ao alargamento do poder que então vinha exercendo na região desde há muito tempo e que, sistematicamente, estava sendo reprimido pelo conde de Assumar. Nada mais natural, pois, que esses indivíduos tramassem a queda de d. Pedro (Anastasia, 2003, p 269). Não é intuito do corrente artigo passar em revista um escrutínio dos acontecimentos de 1720. Porém, e com o escopo de desvendar a magnitude da revolta, faz-se necessário pontuar algumas informações.

A revolta durou 17 dias a partir de fins de junho, e contou com a participação dos mais poderosos membros da elite pluriocupacional da capitania de Minas do Ouro. Tal elite englobava indivíduos aptos a ocupar os vazios de poder característicos da monarquia pluricontinental lusa. Dito de outro modo, eram pessoas com postos em ordens militares, cargos administrativos, inseridos em circuitos mercantis ultramarinos, senhores de terras e de escravos e, o mais importante, com poder e cabedal suficientes para armar seus escravos quer à serviço de Sua Majestade, quer contra o interesse do partido régio, mas, de uma forma ou de outra, envidando esforços no sentido de maximizar seus próprios interesses (Kelmer Mathias, 2012, p. 36-51). Entre várias idas e vindas de violência, de negociação, e de alterações sociais de toda ordem naquela que era a capitania com a maior geração de riqueza em todo o reino português, mais de mil indivíduos estiveram envolvidos no levante – muito dos quais escravos armados pertencentes a membros de elite pluriocupacional. Por fim, após uma série de eventos que quase culminaram na perda do controle do governo das Minas por parte do conde e na sua subsequente expulsão da capitania, d. Pedro resolveu por bom termo ao levante.

Por volta do dia 15 ou 16 de julho, Assumar reuniu cerca de 1.500 indivíduos armados – a maior parte deles composta de escravos de alguns dos mais destacados membros da elite pluriocupacional da região – e marchou sobre Vila Rica. Lá, faz terra rasa do morro do Ouro Podre – reduto dos apoiadores de Pascoal da Silva Guimarães – e, três ou quatro dias depois, sumariou e executou Filipe dos Santos (quem foi enforcado e teve seu corpo desmembrado). Tratou-se, em palavras atribuídas ao conde-governador, de: "dar o último fim ao intento sobre dito (...), desembainhar a espada e cortar a cabeça a esta Hidra para ver se o rigor aproveitava mais do que tinha até ali aproveitado a brandura". Em seus dizeres, o objetivo consistia em "tirar das garras, e entregar inteiro a seu sucessor este melhor favo da colmeia portuguesa, que à vigilância do seu cuidado cometera o Soberano, e agora tantos leões intentavam tragar" (APM, SC 11, p. 249v.-251v.; Discurso Histórico e Político, 1999, p. 129; Kelmer Mathias, 2005, p. 82-91).

Ao que precede, fica patente não apenas a envergadura do movimento, mas também a complexidade das relações sociais sem as quais ele não teria sido levado a cabo. Ao conter a revolta, d. Pedro eliminou uma das mais poderosas redes de reciprocidades presente na capitania desde o início do século XVIII, com poder de mando, de nomeação para cargos administrativos, de rendas e de funções, com articulações em toda a América lusa e em paragens ultramarinas, com alcance em diferentes segmentos sociais e com capacidade de influenciar os rumos de assuntos políticos, comerciais, administrativos, tributários etc. Após o fim da revolta, a capitania de Minas de Ouro foi segregada da capitania de São Paulo, passando a contar com governador próprio, limites administrativos e uma série de legislações específicas condizentes com sua atividade extrativa mineral. O número de levantes foi reduzido dramaticamente, a produção aurífera iniciou uma curva ascendente que duraria até a segunda metade do século, descobriu-se diamantes na região do Serro do Frio e, por fim, o processo ocupacional finalmente se assentou. Dito de outra forma, finalmente o "melhor favo da colmeia portuguesa" pôde produzir seu melhor mel. Nesse sentido, impõe-se a compreensão da conformação das redes sociais de reciprocidade capazes de sustentar toda a articulação social observada na referida revolta.

Segundo Félix Santos, o conceito de rede social é um dos mais poderosos para a análise da realidade social na medida em que a análise de rede social permite compreender os processos sociais, focando mais nos indivíduos do que em suas características. Avançando, o estudo dessas redes faculta a observação de dada organização social a partir de um prisma que não concebe a sociedade com uma gigantesca estrutura ordenadamente hierarquizada. Dito de outra forma, a faceta interativa das redes confere a organicidade presente em toda e qualquer relação social. Nesse sentido, promove a tão desejada interação entre níveis micro e macro, ofertando "uma visão bastante completa da realidade social, precisamente por que pode focar simultaneamente tanto o nível micro do ator, como o nível macro do conjunto da estrutura" (Santos, 2008, p. 1-4).

Tal interconexão se coaduna perfeitamente com a proposta do corrente artigo, a saber: compreender a conformação das relações sociais estabelecidas entre os atores envolvidos na revolta de Vila Rica a partir das escrituras de procuração firmadas entre eles. Aqui, ganha relevo a interação entre os níveis micro – os indivíduos – e macro – a conjuntura relativa ao processo de implementação da estrutura administrativa na capitania de Minas Gerais nas suas

© 2021 Global Journals

primeiras décadas. Atualmente, resta indiscutível o peso da Guerra dos Emboabas no processo citado (Romeiro, 2008). Muitas das relações sociais que serão doravante apresentadas tiveram seu nascimento precisamente nos acontecimentos passados entre 1707 e 1709. Nos anos que seguiram, e face a acontecimentos como as duas invasões francesas à cidade do Rio de Janeiro em 1710 e 1711 (Bicalho, 2003), novas tessituras micro e macro foram (re)moldando os elos entre os atores sociais presentes em 1720. Assim posto, acompanhar a reiteração temporal desses elos significa compreendê-los à luz da conjugação micro e macro, respeitando o duplo liame inerente à teoria das redes: "por um lado, a estrutura social afeta a ação, seja de forma direta ou indireta através de seu efeito sobre os atores interessados; e por outro, vê a ação como modificadora da estrutura social" (Santos, 2003, p. 11).

À vista do anterior, o corrente artigo assume a proposição segundo a qual os vínculos entre os atores aqui analisados refletem precisamente a influência do contexto em que estavam inseridos. Assim posto, o texto se coaduna com a compreensão de que a cada alteração de governo na capitania, os indivíduos deveriam rever suas estratégias de ação com o intuito de se adequarem à reordenação inerente a essas alterações (Kelmer Mathias, 2005). Por outro lado, tais transformações nas ações dos indivíduos outrossim impactavam a estrutura social da capitania, redundando na interação dialética passível de ser aferida conforme as reflexões de Félix Santos. Para melhor compreensão da proposta teórica aqui apresentada, vale repassar os apontamentos de Pilar Leiva, para quem não é prudente construir uma rede simplesmente a partir de dado agrupamento social como, por exemplo, laços familiares, ocupação, posição socioeconômica etc. Antes, o ponto de partida deve ser "uma conjuntura específica, um negócio determinado, um incidente significativo" para, então, "registar-se os indivíduos implicados e que constituem os elos da rede que integram" (Leiva, 2008, p. 26).

Em consideração ao apontamento precedente, faz-se oportuno salientar que as redes a serem apresentadas foram erigidas sob a estrita observância da visão de Leiva. Primeiramente, arrolou-se todos os indivíduos que tomaram parte na revolta de Vila Rica. Posteriormente, foi empreendido um pormenorizado estudo acerca da trajetória de vida desses atores, cujo resultado alicerçou as bases das redes observadas desde 1709 e que foram largamente postas em ação quando das alterações de 1720 (Kelmer Mathias, 2005). Em um segundo momento, e com interesses outros, foi realizada a pesquisa de todas as escrituras de procuração bastante registradas no cartório do termo de Vila do Carmo, parte integrante da capitania de Minas Gerais, entre 1711 e 1756, perfazendo 4.988 procurações (Kelmer Mathias, 2012). O texto ora apresentado reuniu ambos os esforços de pesquisa, ou seja, empreendeu a identificação dos indivíduos atuantes na revolta de Vila Rica que passaram procuração entre si tendo por sustentação uma pesquisa prévia acerca de suas trajetórias de vida e atuações em 1720. Em tempo, Daniel Santilli chancela a utilização das escrituras cartoriais como fonte passível de indicar a existência de redes na medida em que captura os momentos nos quais "seus atores se buscam e apoiam entre si frente a uma determinada necessidade" (Santilli, 2003, p. 2).

Nota-se, pois, que as representações gráficas aqui erigidas estão em perfeita sintonia com as considerações inerentes à análise de rede social. Para que melhor se compreenda orientação geral que vige à confecção dessas representações gráficas, vale observar que, conforme Bidart e Cacciuttolo, quando se volta para o estudo da dinâmica das redes sociais, não se pode furtar à análise das relações que a constituem, aos contextos de sua origem, às diferenças sociais e aos acontecimentos biográficos dos indivíduos nelas arrolados. Mais de perto, malgrado o fato de que as próprias razões pelas quais as pessoas instituem laços umas com as outras são caudatárias de seus contextos sociais, de suas qualidades e de suas intenções, tais razões não podem ser reduzidas a nenhum desses fatores em absoluto. (Bidart; Cacciuttolo, 2009, 179-181).

Nesse sentido, as escrituras de procuração auxiliam na percepção precisamente dessa dinâmica social na medida em que, ao corroborarem dados previamente pesquisados, facultam a observação das reorganizações empreendidas pelos atores sociais face à dinâmica da própria revolta de Vila Rica. Outro ponto que referenda o emprego das escrituras de procuração como indicadores de formação de redes sociais repousa exatamente no caráter dinâmico dessas redes. De acordo com Leiva, não se pode prescindir da percepção das mudanças e das alterações pelas quais as redes passam no decurso do tempo. No dizer da autora: "as redes, longe de serem estáticas, confiáveis e duradouras, estão sujeitas às mudanças e contingências que nos informam sobre sua vulnerabilidade" (Leiva, 2008, p. 30). Adicionalmente, as escrituras de procuração se prestam à detecção dos chamados "vínculos potenciais", ou seja, relações inativas ou latentes de um ator que pode, a qualquer momento, serem ativadas por alguma razão específica (Santos, 1989, p. 147).

Em resumo, na medida em que as escrituras de procuração não informavam data para o término de sua validade, uma vez firmada a relação entre os atores sociais sempre havia a possibilidade de o outorgante acionar algum de seus procuradores a qualquer momento no futuro, de forma que toda procuração encerrava um vínculo que poderia ser efetivo ou potencial imprimindo, então, uma dinamicidade à

© 2021 Global Journals

relação que respondia, dentre outros fatores, ao contexto social, às características dos indivíduos etc. Quer isto dizer que tal documentação não apenas permite a vinculação entre os níveis micro e macro, como também expõe a organicidade das redes, sua vulnerabilidade e assim por diante.

Antes de passarmos à análise das redes, não seria descabido alguns últimos apontamentos. A rigor, a metodologia aplicada na construção dos gráficos responde a uma "rede observada", em diferenciação à "rede percebida". Em essência, essa última "está sustentada no que um ou mais participantes podem dizer de seus contatos em um grupo social", além de "reconhecer como âmbito de validação a opinião dos próprios integrantes". Na medida em que não esteve facultado à corrente pesquisa o acesso a nenhum tipo de "voz" eventualmente proferida pelos integrantes das redes, por óbvio resta absolutamente inaplicável a definição de rede percebida. Por outro lado, a rede observada "está baseada no que o investigador pode estabelecer sobre os intercâmbios, laços ou percepções que seus integrantes apresentam, e seu âmbito de validação são seus próprios critérios de mapeamento, que devem ser públicos e detalhadamente explícitos" (Miceli, 2008, p. 9). Em boa medida, muito da metodologia aplicada na confecção das redes já foi discutida. De resto, no decurso do artigo outras informações inerentes ao tema serão apresentadas conforme a necessidade. Aqui, o ponto em tela repousa no fato de que todas as redes são observadas.

A propósito da teoria das redes, importa sublinhar que há dois tipos de visões: atomista e relacional. A primeira compreende os atores sociais em uma perspectiva mais individualista, cujas ações são todas intencionais e "baseadas em cálculos racionais de maximização de utilidade". Defende-se que o ator social detém acesso diferenciado a recursos como riqueza, poder, informação etc. consoante as "qualidades intrínsecas dos sujeitos sociais". Pouca relevância é oferecida ao contexto social dos atores. Salvo esta característica final (que prontamente é recusada pelo corrente artigo), o texto ora exposto comunga quase inteiramente da visão atomista das redes. Já a visão relacional entroniza como objeto de análise não as categorias sociais ou os atributos pessoais, mas sim os laços entre os indivíduos. Suas ações, tomadas como expressões da qualidade das conexões havidas entre eles, são contextualizadas, podendo ou não se alterarem segundo esses mesmos contextos (Lozares, 1996, p. 111-113). No que toca à visão relacional, o artigo aceita que as ações dos indivíduos – expressão última de suas estratégias sociais empreendidas de acordo com suas orientações valorativas (Barth, 1981) – devem, de fato, ser contextualizadas.

Por fim, uma última nota de ordem metodológica. Com efeito, somente após a eclosão da revolta de fato é possível qualificar um ator social como revoltoso. Não obstante, caso o ator tenha atuado como revoltoso em 1720, o artigo assim o considerou mesmo para os anos pré-revolta. Ou seja, se um indivíduo revoltoso em 1720 passou ou recebeu procuração antes do movimento sublevacionista o mesmo foi destacado como revoltoso nas redes a seguir independentemente da data. A razão para tal opção consiste em ofertar uma melhor base comparativa entre as estratégias relacionais dos atores sociais presentes nas redes da figura 2 (1712-1721) e da figura 3 (1722-1756) à luz das alterações contextuais pelas quais a capitania de Minas Gerais passou. De toda sorte, vários dos indivíduos que viriam a atuar como revoltosos em 1720 já apresentavam comportamentos que, não raro, divergiam dos interesses régios na região.

II. Redes Sociais Dos Participantes da Revolta de Vila Rica

De acordo com Granovetter: "os atores não se conduzem nem decidem como átomos fora do contexto social, tampouco aderem como escravos a um roteiro escrito para eles pela intercessão concreta das categorias sociais que ocupam". Semelhante passagem significa dizer que as estratégias de ação dos indivíduos nem podem ser compreendidas fora de seus contextos sociais, nem se equivalem a um mero eco de suas posições sociais, com que então conclui o autor que os esforços envidados pelos atores no sentido de perpetrarem uma "ação intencional estão, não obstante, incrustados nos sistemas concretos das relações sociais existentes" (Granovetter, 2003, p. 239). As implicações que sobre esse ponto têm lugar direcionam a discussão para a perspectiva de poder dentro da análise de rede social na medida em que ela põe a descoberto o fato segundo o qual a noção de poder é inerentemente relacional: "um indivíduo não tem poder em abstrato, se tem poder por que se pode dominar a outros". Nesse sentido, tendo em consideração que o poder é uma consequência dos padrões de relação social, a intensidade do poder nas estruturas sociais pode variar consoante um sem-número de fatores quer relacionados aos indivíduos (perspectiva micro), quer ao contexto social (perspectiva macro), donde a relevância de funções como grau e centralidade (Hanneman, 2001, p. 26).

A saber, o grau de um elo corresponde ao número de ligações diretas[1] que ele apresenta,

[1] Aquelas com a direção da ligação expressa, geralmente, através de uma seta. Nesse sentido, o gráfico é direto quando apresentada a direção entre os elos, e é indireto quando não o faz. Por oportuno, um gráfico direto permite identificar as ligações *indegree* e *outdegree*. Nas primeiras, a orientação do vínculo se inicia em A e termina em B,

© 2021 Global Journals

constituindo-se na medida de seu poder e de sua influência na rede. Todavia, tomando-se um cenário onde eventualmente um elo A possui grau X e um elo B grau X-1, porém estando B conectado com elos possuidores de grau X + Y e A não, conclui-se que B é mais influente do que A (Molina, 2001, 78-80). Nesta altura, toca uma ressalva de ordem metodológica. Conforme avançado, os gráficos foram construídos a partir da compilação de escrituras de procuração. Nesse tipo de documentação, malgrado o fato de que a orientação se dá em apenas uma direção (A nomeia B como seu procurador), a direção da informação circula entre as partes independentemente de quem nomeou quem, ou seja, a influência é mútua. Admitindo o anterior, a assunção segundo a qual o número de vínculos de cada elo, mais do que o seu grau, representa, outrossim, medida admissível de seu poder não se afigura como de todo descabida. Hanneman apresentou tal ponto com meridiana clareza ao sublinhar que quanto maior o número de vínculos de um elo, mais poder o mesmo deterá, pois gozará de mais oportunidades de interação social no interior da rede, conferindo-lhe menor dependência face aos demais componentes da mesma (Hanneman, 2001, capítulo 6).

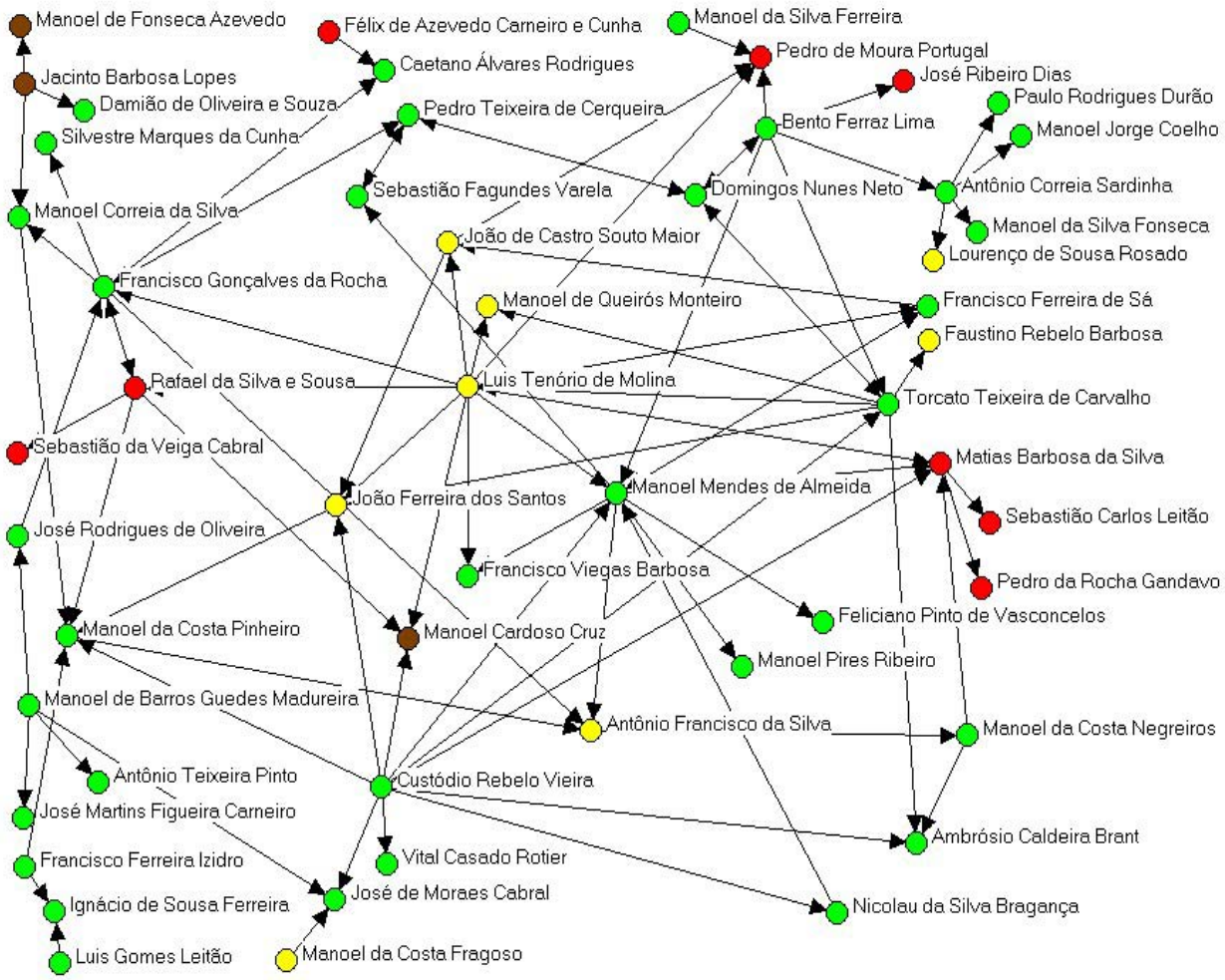
A figura 1 reúne todas as ligações identificadas entre os participantes da revolta de Vila Rica entre si a partir das escrituras de procuração entre 1712 e 1756. [2] Nota-se que Manoel Mendes de Almeida, Luís Tenório de Molina, Bento Ferraz Lima, Custódio Rebelo Vieira, Francisco Gonçalves da Rocha e Torcato Teixeira de Carvalho são aqueles que apresentam, em ordem decrescente, tanto os maiores graus, como as maiores vinculações. Interessante observar dois pontos: a) todos faziam parte da elite pluriocupacional da capitania e, b) nenhum deles foi identificado como revoltoso, salvo apenas Luís Tenório, quem atuou como revoltoso indireto.[3] Vale destacar que todas as escrituras nas quais ele esteve envolvido foram registradas após o fim da revolta. Na primeira, em 24 de dezembro de 1720, Luís Tenório foi nomeado procurador por Torcato Teixeira. Quase dez anos depois, em 22 de outubro de 1730, novamente fora nomeado procurador, desta feita por Francisco Ferreira de Sá, um dos homens mais poderosos da capitania nas suas primeiras décadas (ACSM, LN 14, EPB, 24/12/1720 e LN 34, EPB, 22/10/1730). A única escritura através da qual Luís Tenório nomeou procuradores data de 25 de maio de 1726. Nela, destaca-se os nomes de Rafael da Silva e Sousa, Matias Barbosa da Silva, Pedro de Moura Portugal, Manoel de Queirós Monteiro, João de Castro Souto Maior e João Ferreira dos Santos. Mais de perto, os três primeiros eram revoltosos e os demais revoltosos indiretos. No total, foram nomeados onze indivíduos, dos quais seis (54,54%) era revoltosos ou revoltosos indiretos (ACSM, LN 26, EPB, 25/05/1730).

A→ B. Aqui, A possuiu uma ligação *indegree* com B quem, por outro lado, apresenta uma ligação *outdegree* com A (Scoot, 2003, p. 68).

[2] O ano inicial em 1712, e não em 1711, deve-se ao fato de aquele ter sido o primeiro ano em que foi registrada uma escritura de procuração por algum futuro participante da revolta.

[3]"Revoltoso indireto seria aquele cuja participaçãonão tenha sido direta no movimento, mas que, por se ligar a uma rede clientelar com interesses em desarticular o governo do conde de Assumar – como, por exemplo, a rede de Manuel Nunes Viana e de seu primo Manuel Rodrigues Soares –, não tenha se empenhado na contenção da referida revolta. Também inclui dentro dessa categoria aqueles que ajudaram na confabulação do movimento, mas não participaram dele, como, por exemplo,João Lobo de Macedo – preso antes da eclosão da revolta" (Kelmer Mathias, 2005, p. 79)

© 2021 Global Journals



Legenda: Amarelo: revoltoso indireto; marrom: indeterminado; verde: não revoltoso; vermelho: revoltoso.

Figura 1: Gráfico direto das procurações passadas pelos participantes da revolta de Vila Rica entre si (1712-1756)

Aqui, defende-se que os vínculos estabelecidos por tais indivíduos na trama da revolta se estenderam por anos após o término da mesma, corroborando a validade das escrituras de procuração como fonte apta a identificar e/ou corroborar as redes sociais desenhadas através do convívio social dos atores. Por outro lado, não deve causar espécie o fato de que apenas Luís Tenório, Matias Barbosa e Rafael da Silva figuraram entre os dez indivíduos com os maiores graus e vinculações (Matias e Rafael, ambos revoltosos, empataram na décima posição). A explicação para tanto repousa no fato de que a maior parte dos envolvidos com a revolta tomaram parte do partido régio sendo natural, portanto, que os mesmos ocupassem as posições de maior poder na rede (até por que o intento revoltoso malogrou precisamente pela atuação desses homens que eram, a rigor, os mais poderosos da capitania das Minas em 1720 – senão por nada, tal configuração está expressa na figura através das posições periféricas ocupadas pelos revoltosos, por exemplo).

A diferença de Luís Tenório de Molina, Manoel Mendes de Almeida esteve envolvido com as escrituras de procuração, quer no papel de outorgante, quer no de procurador, entre 1714 e 1739, ou seja, não houve nenhum tipo de restrição social a ele imposta tendo em conta os distúrbios de 1720 (ACSM, LN 2, EPB 21/10/1714; LN 9, EPB, 20/06/1719; LN 14, EPB, 10/03/1721; LN 19, EPB, 25/02/1725; LN 22, EPB, 10/11/1723; LN 26, EPB, 19/12/1726; LN 30, EPB, 2?/12/1728; LN 34, EPB, 22/10/1730; LN 37, EPB, 06/12/1771; LN 51, EPB, 15/06/1739). As procurações por ele emitidas estão compreendidas no período de 1714 até 1722, quando saiu da capitania de Minas Gerais rumo à capitania de São Paulo. Nesse recorte, Manoel Mendes nomeou sete procuradores, sendo apenas um revoltoso (Matias Barbosa da Silva, aquele mesmo nomeado por Luís Tenório) e um revoltoso indireto (Antônio Francisco da Silva), ou seja, 14% deles. As nomeações recebidas por Manoel Mendes foram todas para a cidade de São Paulo, tendo início no ano de 1723 e término em 1739. Dentre seus

© 2021 Global Journals

outorgantes não houve nenhum revoltoso, e somente um indireto – Luís Tenório de Molina.

Observando a figura 1, percebe que Manoel Mendes evitou ao máximo contado direto com revoltosos. Seu acesso a eles ocorreu, sobremaneira, via elos de interação, fundamentalmente se desconsiderando a direção das ligações. Luís Tenório o conectou a Rafael da Silva e Sousa e Bento Ferraz Lima o conectou a dois revoltosos, José Ribeiro Dias e Pedro de Moura Portugal. No que concerne aos demais revoltosos, a distância geodésica[4] mínima para acessá-los foi de 2 via precisamente o revoltoso Matias Barbosa. No que concerne aos demais revoltos, há o caminho[5] que o conecta a Pedro da Rocha e Sebastião Carlos via Matias Barbosa. Interessante observar que Manoel Mendes nomeou Matias Barbosa como procurador em 25 de fevereiro de 1722, ou seja, quase dois anos após o término da revolta (uma conjuntura completamente diferente com d. Lourenço de Almeida governador da capitania de Minas Gerais no lugar do conde de Assumar). Manoel Mendes apresenta uma distância geodésica de cinco face a Pedro de Moura Portugal e a José Ribeiro Dias por intermédio do seguinte caminho: Manoel Mendes → Sebastião Fagundes → Pedro Teixeira → Domingues Nunes → Bento Ferraz → Pedro de Moura e José Ribeiro. Bifurcando em Pedro Teixeira, Manoel Mendes apresenta uma distância geodésica de quatro junto a Rafael da Silva e de cinco junto a Sebastião da Veiga (um dos líderes da revolta). Por fim, vale ressaltar a força dos vínculos com Bento Ferraz e com Francisco Ferreira. O primeiro fez de Manoel Mendes seu procurador em três ocasiões, a saber: 1723, 1726 e 1739. Interessante notar que a última procuração fora registrada dezesseis anos após a primeira, o que recrudesce a força desse vínculo. Já Francisco Ferreira o nomeou em duas ocasiões: 1728 e 1730. Nesse caso, o destaque repousa no fato de que o mesmo Francisco Ferreira recebeu procuração de Manoel Mendes em 1722. Ou seja, há uma relação recíproca entre eles, que estão em posição concomitantemente *indegree* e *outdegree* um com o outro. Sublinha-se que os três eram membros da elite pluriocupacional da capitania de Minas Gerais e aturam junto ao conde de Assumar na contenção da revolta de 1720.

O terceiro elo com maior grau na rede, Bento Ferraz Lima apresentou quase todos seus vínculos *indegree*. A única ligação *outdegree* foi estabelecida com Domingos Nunes Neto em 1724. Contudo, Bento Ferraz o havia nomeado procurador em duas ocasiões prévias: 1721 e 1726. Em boa verdade, esses dois atores sociais firmaram laços bem fortes entre si. De resto, Bento Ferraz nomeou outros cinco indivíduos para procuradores. Desses, os já citados Manoel Mendes de Almeida e Torcato Teixeira de Carvalho receberam três procurações cada (inclusive, os dois foram nomeados nas mesmas escrituras: 1723, 1726 e 1739). Vige a estratégia de Bento Ferraz orientada para o estabelecimento de fortes vínculos com alguns dos mais destacados indivíduos atuantes nas primeiras décadas da capitania de Minas Gerais. Toca ressalvar as nomeações para dois revoltosos: José Ribeiro Dias e Pedro de Moura Portugal, ambas na escritura registada em 1739. O ponto em tela resgata a necessária conjugação com o contexto mais macro coevo na medida em que, ao abrigo do fato segundo o qual Bento Ferraz firmou laços diretos com dois revoltosos, fê-lo após dezenove anos do término da revolta, ou seja, em um contexto completamente diferente. Por fim, seu acesso aos demais revoltosos pode ser percebido por intermédio de Manoel Mendes. Através desse caminho, Bento dista uma distância geodésica de dois em relação a Matias Barbosa e de três em relação a Sebastião Carlos e Pedro da Rocha. Novamente via Manoel Mendes, observa-se uma distância geodésica de três face a Rafael da Silva e de quatro em relação a Sebastião da Veiga. O único revoltoso inacessível foi Félix de Azevedo (ACSM, LN 14, EPB, 25/04/1721; LN 22, EPB, 10/11/1723; LN 23, EPB; 06/09/1724; LN 26, EPB, 19/12/1726; LN 51, EPB, 15/06/1724).

Custódio Rebelo Vieira, Francisco Gonçalves da Rocha e Torcato Teixeira de Carvalho detiveram o quarto maior grau na rede. Custódio não apresenta vinculação *outdegree*, ou seja, não fora nomeado por nenhum dos participantes da revolta. Quiçá poder-se-ia aventar a hipótese de que seus constantes desentendimentos com o governador d. Lourenço de Almeida tenham contribuído para tal situação. A título de exemplo, Félix de Azevedo Carneiro e Cunha e Faustino Rebelo Barbosa igualmente se desentenderam com o referido governador e figuram, ambos, entre os elos de menor grau na rede (todos apresentam grau 1). De todo modo, ficaria sem resposta o porquê de Custódio Rebelo não ter sido nomeado antes de 1721, ano no qual d. Lourenço ascendeu à posição de governador. Enfim, na impossibilidade de se avançar em semelhante conjectura, é de bom tom retornar atenção para o estudo da rede.

Nessa esteira, todas as ligações de Custódio Rebelo foram firmadas após o ano de 1722. Dentre seus laços, vale notar a procuração passada para Manoel Mendes de Almeida e para Torcato Teixeira de Carvalho, ambos ocupantes nas posições cimeiras dentre os elos com maior grau na rede. A nomeação de João Ferreira dos Santos, revoltoso indireto, data de 12 de outubro de 1722, ou seja, mais de dois anos após o fim da revolta. Por seu turno, Matias Barbosa da Silva, destacado revoltoso, fora nomeado em 1732, passados

[4] Número de ligaçõesdo caminho mais curto entre dois elos. Aqui, considera-se a orientação do gráfico direto(ver nota 1).

[5] Uma caminhada (sequência de linhas em um gráfico) através da qual dois elos se conectam. A distância entre dois elos é o cumprimento do menor caminho geodésico que os conectam.

© 2021 Global Journals

doze anos dos distúrbios de 1720. Novamente, vige a relevância das alterações conjunturais nas estratégias de vinculação levadas a cabo por esses atores sociais. Por intermédio de Matias Barbosa, Custódio apresentou uma distância geodésica de dois frente a Pedro da Rocha e a Sebastião Carlos. Via Manoel Mendes, uma distância geodésica de seis o separa de Pedro de Moura e de José Ribeiro. Ainda com o elo Manoel Mendes, Custódio dista cinco de Rafael da Silva e seis de Sebastião da Veiga.

Dentre os indivíduos com os quais Francisco Gonçalves da Rocha estabeleceu vínculos, destaca-se o já citado revoltoso Rafael da Silva e Sousa, com quem firmou laços *indegree* e *outdegree* por duas vezes cada, ou seja, tratam-se de laços fortes. Francisco Gonçalves nomeou Rafael da Silva seu procurador em 1722 e em 1744, tendo sido por ele nomeado procurador em 1736 e 1738. Observa-se a força dessa vinculação, dentre outras vias, pela sua cronologia. Em 1722, Francisco Gonçalves nomeou Rafael da Silva procurador. Quatorze anos depois, em 1736, fora nomeado procurador por Rafael, laço reforçado em 1738. Por fim, novamente Francisco fez de Rafael seu procurador em 1744. Resta patente a reciprocidade da ligação no tempo, fato esse que recrudesce sua força. Interessante observar que Rafael, um revoltoso, foi nomeado por Francisco pela primeira vez somente em 1722, quando, repisa-se, a capitania de Minas Gerais estava imersa em outro contexto social.

De passagem, o mais próximo que Francisco Gonçalves esteve, via procuração, de algum revoltoso direto ou indireto data de 1719, quando ele nomeou Antônio Francisco da Silva (revoltoso indireto) seu procurador. A vinculação com Luís Tenório de Molina ocorreu em 1726, momento no qual Francisco fora nomeado procurador por Luís (ACSM, LN 10, EPB, 17/04/1719; LN 19, EPB, 09/09/1722; LN 26, EPB, 25/05/1726, LN 46, EPB, ??/12/1736; LN 48, EPB, 22/10/1738). No que toca a seu acesso a outros revoltosos, Francisco Gonçalves dista, via Rafael da Silva, a uma distância geodésica de dois frente a Sebastião da Veiga. Através de Pedro Teixeira, apresenta uma distância geodésica de quatro face a Pedro de Moura e a José Ribeiro. Por fim, via o próprio Antônio Francisco da Silva, Francisco Gonçalves está a uma distância geodésica de três em relação a Matias Barbosa e de quatro face a Pedro da Rocha e a Sebastião Carlos. Por oportuno, Francisco Gonçalves foi o elo que apresentou a maior proximidade do revolto Félix de Azevedo Carneiro e Cunha excetuando Caetano Álvares Rodrigues, quem, de fato, possui um vínculo *outdegree* com tal revoltoso.

Torcato Teixeira de Carvalho se constitui, dentre todos os elos da rede, como aquele mais próximo tanto de revoltosos diretos, como indiretos. Em 24 de dezembro de 1720 (cinco meses após o término da revolta), e por intermédio da mesma procuração, Torcato Teixeira nomeou os seus procuradores Faustino Rebelo, João Ferreira, Luís Tenório e Manoel de Queirós, todos revoltosos indiretos (ACSM, LN 14, EPB, 22/12/1720). Nessa mesma escritura, igualmente fez de Ambrósio Caldeira Brant seu procurador. A despeito de Ambrósio não ter figurado na documentação como revoltoso, o governador d. Pedro de Almeida tentou neutralizar seu poder no termo de São João del Rei, comarca do Rio das Velhas. Cumpre notar que Ambrósio se ofereceu para construir as Casas de Fundição e Moeda em São João del Rei às expensas de sua fazenda. Aliás, a mesma proposta fora feita a d. Pedro de Almeida por Faustino Rebelo – ligado à rede do célebre revoltoso Manuel Nunes Viana – na Vila de Sabará, e por Manuel Mosqueira da Rosa – outro grande líder da revolta de 1720 ao lado de Pascoal da Silva Guimarães e de Sebastião da Veiga Cabral (nomeado procurador por Rafael da Silva e Sousa quem, por seu turno, fora nomeado procurador por Luís Tenório) – em Vila Rica (Kelmer Mathias, 2005, p. 100). Em consideração ao anterior, não deve causar espécie o fato segundo o qual Torcato Teixeira esteja a uma distância geodésica de três face a praticamente todos os revoltosos da rede, salvo Pedro da Rocha e Sebastião Carlos, cuja distância é de quatro, e o inacessível Félix de Azevedo.

Ainda tratando de Torcato Teixeira, o mesmo apresentou dois laços fortes, quais sejam: um como Domingos Nunes Neto e outro com Bento Ferraz Lima. No que tange ao primeiro, Torcato firmou com ele um vínculo *indegree* no ano de 1720 e outro *outdegree* quatro anos depois, caracterizando a reciprocidade que confere força ao laço. A respeito do segundo, Bento Ferraz o nomeou seu procurador em três ocasiões: 1723, 1726 e 1739 (ACSM, LN 14, EPB, 24/12/1720; LN 22, EPB, 10/11/1723; LN. 26, EPB, 19/12/1726; LN. 51, EPB, 15/06/1739). Interessante observar que tanto Torcato, como Bento Ferraz, estiveram vinculados a Domingos Nunes, quase formando um *cluster*[6] totalmente recíproco entre si (a exceção restou por conta de inexistência de um vínculo *indegree* de Bento em relação a Torcato).

Do posto, nota-se que os elos mais poderosos da rede em termos de grau estabeleceram a estratégia de ou evitar contato direto com revoltosos, ou de firmar ligações com eles alguns anos após o fim da revolta, sendo que o mesmo pode ser dito no que toca aos revoltosos indiretos – salvo o caso de Torcato, quem os nomeou meses, e não anos, após o término do movimento sublevacionista. A conclusão que se impõe consiste na necessária conjugação entre os níveis micro e macro para melhor se compreender não apenas as estratégias dos atores, como também a própria dinâmica das redes sociais. Resta cristalino que

[6] Grupo de pessoas cujas ligações apresentam alta densidade, ou seja, há várias ligações recíprocas uns com os outros.

© 2021 Global Journals

os indivíduos atuantes em prol por partido régio em 1720 não estiveram ávidos por firmarem laços com os revoltosos diretos ou indiretos, preferindo esperar a chegada de um novo governador na capitania de Minas Gerais para só então tornarem pública, via registro de escrituras de procuração bastante lavradas no ofício de notas do termo de Vila do Carmo – comarca de Vila Rica –, tais vinculações, pois, conforme asseveraram Lorrain e White: "em geral, a natureza dos vínculos entre um dado par de pessoas depende de suas percepções (e das percepções dos outros), e de como se ajustam esses vínculos com outras relações entre a população" (Lorrain; White, 2003, p. 78). Com vistas a ofertar mais corpo à compreensão das estratégias desses atores sociais, a seguir apresenta-se outras duas redes: uma com os vínculos iniciados em 1712 e findados em 1721 e, outra, com vínculos iniciados em 1722 e findados em 1756.

Antes de encaminhar a análise da rede, impõe um conciso adendo de ordem metodológica. Optou-se pelo ano de 1721 como marco final com o intuito de capturar possíveis relações sociais firmadas no final do governo de d. Pedro de Almeida (ou seja, ainda nos ecos do término da revolta) registradas em cartório no ano de 1721. Em que pese o fato de esse ser o ano em que efetivamente a capitania de Minas Gerais imerge sob governo de d. Lourenço de Almeida, nas sociedades de Antigo Regime o estabelecimento/rompimento de relações sociais não respondia a impulsos imediatistas dos indivíduos. Antes, constituíam-se como a instrumentalização de convívios e de interações construídas no decurso de meses, ou mesmo anos. Naturalmente, findar o recorte cronológico da rede presente na figura 2 no ano de 1720 poderia deixar de capturar evidências relacionais ainda influenciadas pelos acontecimentos sublevacionistas.

Passando à figura 2, *prima facie*, resta evidente a menor densidade dessa rede em comparação com a rede apresentada na figura 1, 1.0 e 1.1461, respectivamente. Dito de outra forma, na segunda rede houve um número menor de laços efetivados dentre o total de laços possíveis. Naturalmente, isso reflete características contextuais inerentes ao albor do processo de ocupação, de organização e de institucionalização da região de Minas Gerais. Outro ponto de destaque repousa na pouca participação de revoltosos na rede, aqui representados por Pedro de Moura Portugal e por Félix e de Azevedo Carneiro e Cunha – ambos os elos com ligações isoladas. Várias dificuldades analíticas se antepõem aos possíveis porquês da limitada presença de revoltosos na rede. No campo puramente conjectural, talvez os próprios indivíduos que viriam a participar da revolta não fossem próximos entre si nos anos anteriores ao levante, ou trataram de evitar oficializar seus laços via procuração, ou mesmo não perceberam a necessidade de passar procuração por aqueles idos ou, ao extremo, o próprio processo de formação dessa sociedade não demandasse o estabelecimento de procurações na capitania – cujo reflexo, em contrapartida, levaria a um aumento desse tipo de escritura nas capitanias de origem desses indivíduos. Enfim, são apenas conjecturas, e nada mais.

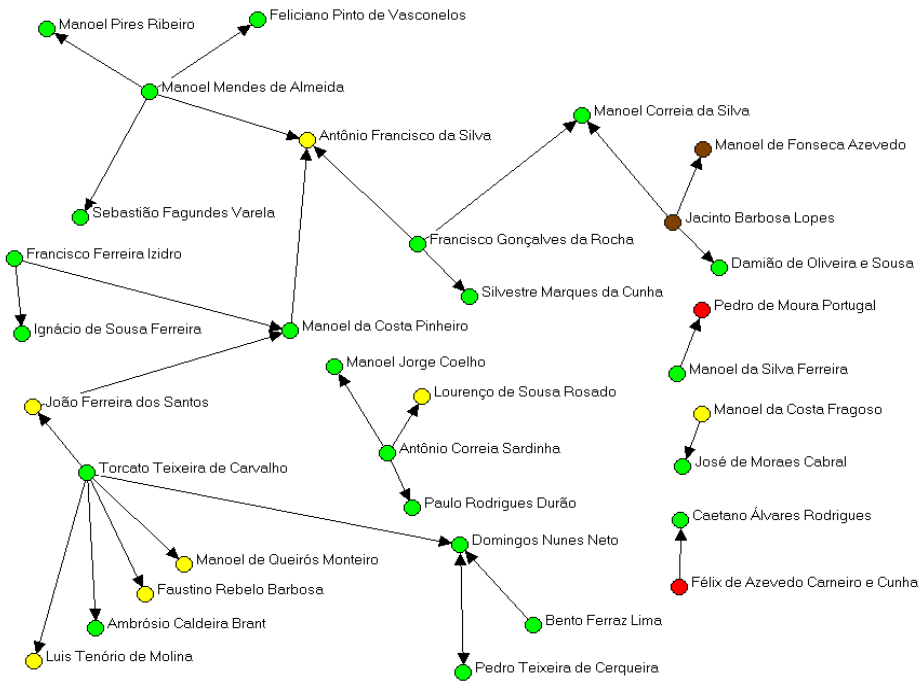


Legenda: Amarelo: revoltoso indireto; marrom: indeterminado; verde: não revoltoso; vermelho: revoltoso.

Figura 2: Gráfico direto das procurações passadas pelos participantes da revolta de Vila Rica entre si (1712-1721)

© 2021 Global Journals

Arrostando ambas as redes no que toca aos elos com os maiores graus, nota-se a ausência de Luís Tenório e de Bento Ferraz (ambos com grau um na rede 2). Custódio Rebelo Vieira não integra a rede da figura 2. Manoel Mendes de Almeida (elo de grau mais elevado na figura 1) foi suplantado por Torcato Teixeira, quem ocupa a posição de destaque com grau seis na rede da figura 2. Em terceiro segue Antônio Francisco da Silva com grau três face ao grau quatro que apresentou na rede da figura 1. Antônio Francisco apresentou o mesmo grau que Antônio Correia Sardinha (grau seis na figura 1), Domingos Nunes Neto (grau seis na figura 1), Francisco Gonçalves da Rocha (grau dez na figura 1), Jacinto Barbosa Lopes (grau três na figura 1) e Manoel da Costa Pinheiro (grau seis na figura 1). Cumpre repisar que a rede da figura 2 apresenta uma densidade menor do que a rede da figura 1, com que então não se observa uma correspondência direta em termos de poder na rede a partir da comparação crua dos graus. A título de exemplo, Jacinto Barbosa Lopes ocupou a posição número vinte e um na rede da figura 2 e a posição número seis na rede da figura 2 a despeito de possuir grau três em ambas as redes.



Legenda: Amarelo: revoltoso indireto; marrom: indeterminado; verde: não revoltoso; vermelho: revoltoso.

Figura 3: Gráfico direto das procurações passadas pelos participantes da revolta de Vila Rica entre si (1721-1756)

A figura 3 deixa claro a função da revolta de Vila Rica na transformação organizacional da capitania de Minas Gerais. Sem considerar que após 1720 a região de Minas Gerais passou a ser administrativamente uma capitania *per si* com a segregação da região de São Paulo, os efeitos sociais daí advindos ensejaram uma ampla revisão nas estratégias de ação dos indivíduos com o fito de se mostrarem merecedores de mercês régias e de privilégios locais, de ocuparem postos camarários etc. Teve vez uma considerável reordenação na natureza das relações sociais perpetradas por tais atores, sob pena do isolamento social e, por conseguinte, da perda de poder e de prestígio na sociedade (Fioravante, 2015). A rede da figura 3 corrobora semelhante entendimento.

Primeiro, a densidade da rede é de 1.1231, ou seja, bem mais próxima daquela percebida na rede da figura 1 do que na rede da figura 2, evidenciando uma sociedade mais madura em termos de relações sociais e de necessidades jurídicas de ordem variada. De resto, e no que respeita a uma região em pleno processo organizacional recém egressa do mais expressivo movimento sublevacionista que a capitania jamais presenciou até a Conjuração Mineira em 1789, [7] a própria necessidade da formação de novos vínculos engendrou o esforço de rearranjo na configuração do tecido relacional, com que então se tem a maior

[7] Cumpre esclarecer que a Guerra dos Emboabas não se configurou com uma alteração passível de incorrer no crime de lesa majestade como o foi a revolta de Vila Rica. Na verdade, o conflito se passou nos modos de uma disputa entre os bandeirantes paulistas e os demais conquistadores provenientes de outras regiões tanto da América lusa, como do reino português. Em tempo, o levante dos Sertões de 1736 não se comparou com as alterações de 1720 em termos do impacto na organização social, institucional e administrativa da capitania de Minas Gerais.

© 2021 Global Journals

densidade passível de ser atestada na rede ora sob exame. A presença mais expressiva de revoltosos igualmente se faz notar a partir da comparação entre ambas as redes. Tal constatação reforça a compreensão segundo a qual os membros da elite pluriocupacional que estiveram ao lado do partido régio em 1720 passaram a nomear revoltosos, e por eles serem nomeados, apenas após a alteração da conjuntura pautada pela revolta. Outro ponto de contado repousa na equivalência entre os elos com maior grau.

Repisando, na rede da figura 1 os elos com os maiores graus foram, em ordem decrescente: Manoel Mendes de Almeida (grau quatorze), Luís Tenório de Molina (grau doze), Bento Ferraz Lima (grau onze), Custódio Rebelo Vieira, Francisco Gonçalves da Rocha e Torcato Teixeira de Carvalho (sendo os três últimos empatados em grau dez). Na rede da figura 3, a ordem é: Luís Tenório de Molina (grau onze), Custódio Rebelo Vieira, Manoel Mendes de Almeida e Bento Ferraz Lima (sendo os três últimos empatados em grau dez), Francisco Gonçalves da Rocha (grau sete), Mathias Barbosa da e Rafael da Silva e Sousa (sendo os dois últimos empatados em grau seis). O único que figurou na primeira lista mas não na segunda foi Torcato Teixeira de Carvalho, quem apresentou grau cinco na rede da figura 3, ocupando a sétima posição na medida em que Matias Barbosa e Rafael da Silva compartilham a sexta colocação. De passagem, a presença desses dois últimos elos não deverá causar espécie caso se considere suas posições estratégicas na rede da figura 1 conforme restou patente nas páginas precedentes.

Retornando à temática do poder, não é de todo raro a utilização da ampla função centralidade para sua compreensão nas redes sociais. Ao abrigo dos variados empregos para a função de centralidade, o presente artigo a percebe como um caminho para "compreender como alguns indivíduos ou organizações centrais podem agir como intermediários, mediando as demandas e a influência dos outros membros de suas redes". Tal abordagem "sublinha o fato de que há várias formas através das quais um agente pode ser 'central' para suas redes" (Scott, 2003, p. 96 – destaque do autor). Em detalhe, um indivíduo pode apresentar alto grau, mas não ser central na rede, tendo sua influência restrita localmente. Consoante, Scott: "centralidade local é relacionada com a proeminência relativa de um ponto focal em sua vizinhança, enquanto centralidade global é relacionada com a proeminência dentro de toda a rede", ou seja, o elo "tem uma posição de significância estratégica na estrutura geral da rede". Logo, não há necessariamente uma correspondência direta entre maior grau e maior centralidade na rede como um todo. Com vistas a endereçar essa questão, avoca-se a função *betweeness* que, a rigor, evidencia a capacidade que um elo possui de viabilizar vínculos entre os demais elos da rede, ou seja, exprime o alcance das ligações que um elo proporciona. Nesses termos, um elo pode apresentar um grau baixo, mas uma *betweeness* alta desempenhando, então, um importante papel de intermediário – dessa forma, semelhante elo seria bastante central na rede (Scott, 2003, p. 83-87).

A tabela a seguir a presenta uma comparação entre os dez elos com maior grau e *betweeness* presentes na rede da figura 1.

Tabela 1: Comparação entre grau e *betweeness* da rede da figura 1

Posição Ordinária	Grau	*Betweeness*
1ª	Manoel Mendes de Almeida	Domingos Nunes Neto
2ª	Luís Tenório de Molina	Pedro Teixeira de Cerqueira
3ª	Bento Ferraz Lima	Francisco Gonçalves da Rocha
4ª	Francisco Gonçalves da Rocha	Bento Ferraz Lima
5ª	Custódio Rebelo Vieira	Manoel Mendes de Almeida
6ª	Torcato Teixeira de Carvalho	Torcato Teixeira de Carvalho
7ª	Domingos Nunes Neto	Luís Tenório de Molina
8ª	Manoel da Costa Pinheiro	Antônio Francisco da Silva
9ª	Antônio Correia Sardinha	Antônio Correia Sardinha
10ª	Matias Barbosa da Silva	Manoel da Costa Negreiros
11ª	Rafael da Silva e Sousa	

Tendo em consideração que apenas Torcato Teixeira e Antônio Correia apresentaram posição equitativa em ambas as funções, resta notório não ser prudente analisar o poder de um elo na rede apenas alicerçando-se em seu grau, o que encaminha a análise para a discussão, nada trivial, de qual seria o elo mais poderoso na rede – caso seja possível determinar apenas um. Tangenciando o ponto, e com a devida vênia segundo a qual todos os elos componentes da tabela são, por definição, poderosos (pois apresentam os maiores grau e *betweeness*), quiçá seja possível sustentar que Manoel Mendes, Bento Ferraz e Francisco Gonçalves se configuram nos elos mais poderosos porquanto ocupam as cinco primeiras posições em ambas as funções. Porém, talvez a melhor maneira de se endereçar a questão seja através da

© 2021 Global Journals

mensuração da média ponderada de cada elo presente na tabela 1 calcada no impacto que as funções grau e *betweeness* tem no poder da rede a partir de uma distribuição de peso para cada uma delas.

Na tabela seguir, a coluna A assume peso de 50% para grau e *betweeness*, a coluna B atribuiu peso de 75% para grau e de 25% para *betweeness* e, por fim, a coluna C conferiu peso de 25% para a grau e de 75% para *betwweness*.

Tabela 2: Hierarquia de poder na rede da figura 1 a partir da média ponderada das posições ocupadas pelos elos consoante grau e *betweeness*[8]

Posição	A	B	C
1ª	Manoel Mendes de Almeida	Manoel Mendes de Almeida	Domingos Nunes Neto
2ª	Bento Ferraz Lima	Luís Tenório de Molina	Francisco Gonçalves da Rocha
3ª	Francisco Gonçalves da Rocha	Bento Ferraz Lima	Bento Ferraz Lima
4ª	Domingos Nunes Neto	Francisco Gonçalves da Rocha	Manoel Mendes de Almeida
5ª	Luís Tenório de Molina	Domingos Nunes Neto	Pedro Teixeira de Cerqueira
6ª	Torcato Teixeira de Carvalho	Torcato Teixeira de Carvalho	Luís Tenório de Molina
7ª	Pedro Teixeira de Cerqueira	Custódio Rebelo Vieira	Torcato Teixeira de Carvalho
8ª	Custódio Rebelo Vieira	Manoel da Costa Pinheiro	Antônio Francisco da Silva
9ª	Antônio Correia Sardinha	Pedro Teixeira de Cerqueira	Antônio Correia Sardinha
10ª	Manoel da Costa Pinheiro	Antônio Correia Sardinha	Custódio Rebelo Vieira
11ª	Antônio Francisco da Silva	Matias Barbosa da Silva	Manoel da Costa Pinheiro
12ª	Matias Barbosa da Silva	Antônio Francisco da Silva	Manoel da Costa Negreiros
13ª	Manoel da Costa Negreiros	Manoel da Costa Negreiros	Matias Barbosa da Silva
14ª	Rafael da Silva e Sousa	Rafael da Silva e Sousa	Rafael da Silva e Sousa

A análise da tabela 2 evidencia ser temerário simplesmente elencar qualquer uma das duas funções como a mais determinante na mensuração do poder na rede. A título de exemplo, Domingos Nunes Neto (sétima posição em grau e primeira em *betweeness* – tabela 1) ocupa a quarta posição quando o peso para as duas funções fora atribuído de forma equitativa. Por seu turno, Manoel Mendes (primeiro em grau e quinto em *betweeness* – tabela 1) manteve a primeira posição tanto com peso equitativo, como com maior peso para grau. Porém, cai para a quarta posição com maior peso em *betweeness*. Para além do óbvio, essas oscilações apontam para as estratégias empreendidas pelos indivíduos quando estabelecem suas relações sociais. Conforme Hanneman, em uma rede densa os elos são plenamente capazes de mobilizar seus recursos em seu interior, pois apresentam, no geral, alto grau (ou seja, os elos estão em sua maioria interconectados uns com os outros). Nessa esteira, eles dispõem de múltiplas perspectivas para resolver problemas e maximizar seus interesses (Hanneman, 2001, capítulo 5). Por outro lado, em redes com densidade baixa (conforme são as aqui estudas) os elos não podem simplesmente acionar uns aos outros *per si*. Dito de outra forma, o acesso a outros elos depende, via de regra, de elos que desempenham a função de interconexão. No que toca à rede da figura 1, por maior que fosse o grau de Manoel Mendes, caso ele apresentasse baixa *betweeness*, indubitavelmente seu poder na rede seria afetado. Já Domingos Nunes, malgrado detenha um grau menor do que Manoel Mendes, sua posição estratégica lhe conferiu considerável poder no interior da rede.

Na ponta inferior das tabelas, os casos de Rafael da Silva e Sousa e de Manoel da Costa Negreiros são sintomáticos. O primeiro ocupou a menor posição em termos de grau e não consta na coluna de *betweeness*, sendo que o inverso se passou com Manoel da Costa, quem ocupa a última posição em *betweeness* e não consta na coluna grau (tabela 1). Porém, independente do peso atribuídos à essas duas funções, Manoel da Costa sempre esteve acima de Rafael da Silva de acordo com a mensuração por média ponderada (tabela 2). A explicação para isso radica no fato de que a única ligação *indegree* de Rafael da Silva se deu com o revoltoso Sebastião da Veiga, elo praticamente isolado. Por seu turno, Manoel da Costa possuiu duas ligações *indegree*, sendo uma delas com Matias Barbosa, quem apresentou grau maior do que o do próprio Rafael da Silva, além de ter se configurado como o único caminho de acesso aos revoltosos Sebastião Carlos Leitão e Pedro da Rocha Gandavo (figura da rede 1).

Outros elos foram capazes de sustentar posições mais constantes à reveria do peso atribuído às funções. Esse foi o caso de nomes como Torcato Teixeira de Carvalho, Antônio Correia Sardinha, Manoel da Costa Negreiros etc., elos que ocuparam duas posições idênticas em duas variações de peso e oscilaram uma posição para cima ou para baixo em uma terceira variação de peso (tabela 2). Talvez tão

[8] Na coluna A, Bento Ferraz Lima e Francisco Gonçalves da Rocha apresentaram o mesmo coeficiente. Na coluna B, Bento Ferraz Lima e Luís Tenório de Molina apresentaram o mesmo coeficiente. Na coluna C, Manoel da Costa Pinheiro e Manoel da Costa Negreiros apresentaram o mesmo coeficiente.

© 2021 Global Journals

importante quanto deter alta classificação de grau e de *betweeness* seja desempenhar um papel relativamente constante em termos da conjugação entre número de laços nos quais o elo está envolto e o número de elos capazes de serem conectados uns com os outros por seu intermédio (acaso aqui consista um dos fatores explicativos de o porquê de terem sido esses, e não outros, alguns dos membros da elite pluriocupacional de maior destaque da capitania de Minas Gerais em suas primeiras décadas. Em adição, e novamente no terreno da conjectura, outrossim a própria inabilidade dos revoltosos em se fazerem poderosos em termo de grau e de *betweeness* verse em um dos fatores explicativos de seu malogro em 1720). Com o fito de direcionar a análise para o contexto pré-1721, vale observar as tabelas 3 e 4.

Tabela 3: Comparação entre grau e *betweeness* da rede da figura 2[9]

Posição Ordinária	Grau	*Betweeness*
1ª	Torcato Teixeira de Carvalho	Manoel da Costa Pinheiro
2ª	Manoel Mendes de Almeida	Domingos Nunes Neto
3ª	Antônio Francisco da Silva	João Ferreira dos Santos
4ª	Francisco Gonçalves da Rocha	
5ª	Manoel da Costa Pinheiro	
6ª	Jacinto Barbosa Lopes	
7ª	Domingos Nunes Neto	
8ª	Antônio Correia Sardinha	

Tabela 4: Hierarquia de poder na rede da figura 2 a partir da média ponderada das posições ocupadas pelos elos consoante grau e *betweeness*[10]

Posição	A	B	C
1ª	Manoel da Costa Pinheiro	Torcato Teixeira de Carvalho	Manoel da Costa Pinheiro
2ª	Domingos Nunes Neto	Manoel da Costa Pinheiro	Domingos Nunes Neto
3ª	Torcato Teixeira de Carvalho	Manoel Mendes de Almeida	João Ferreira dos Santos
4ª	Manoel Mendes de Almeida	Antônio Francisco da Silva	Torcato Teixeira de Carvalho
5ª	Antônio Francisco da Silva	Francisco Gonçalves da Rocha	Manoel Mendes de Almeida
6ª	Francisco Gonçalves da Rocha	Domingos Nunes Neto	Antônio Francisco da Silva
7ª	João Ferreira dos Santos	Jacinto Barbosa Lopes	Francisco Gonçalves da Rocha
8ª	Jacinto Barbosa Lopes	Antônio Correia Sardinha	Jacinto Barbosa Lopes
9ª	Antônio Correia Sardinha	João Ferreira dos Santos	Antônio Correia Sardinha

Explorando em conjunto as tabelas 3 e 4 e a rede da figura 2, resulta claramente que grau alto em rede de baixa densidade tem relativamente pouca importância comparativamente à localização do elo na mesma. Na medida em que só houve duas correspondências entre os elos com os maiores graus e com as maiores *betweeness* (tabela 3 – Domingos Nunes Neto e Manoel da Costa Pinheiro), a análise da hierarquia de poder consoante a distribuição de peso dessas funções reivindica maior atenção (tabela 4). Nesse tipo de rede, o elo com a maior *betweeness* figurou na primeira posição em uma distribuição de peso equitativa (coluna A), o que não ocorreu na tabela 2, cuja rede (figura 1) é mais densa do que a rede da figura 2. Semelhante constatação não deve causar perplexidade caso se leve em consideração quais são os elos com destacados graus na rede.

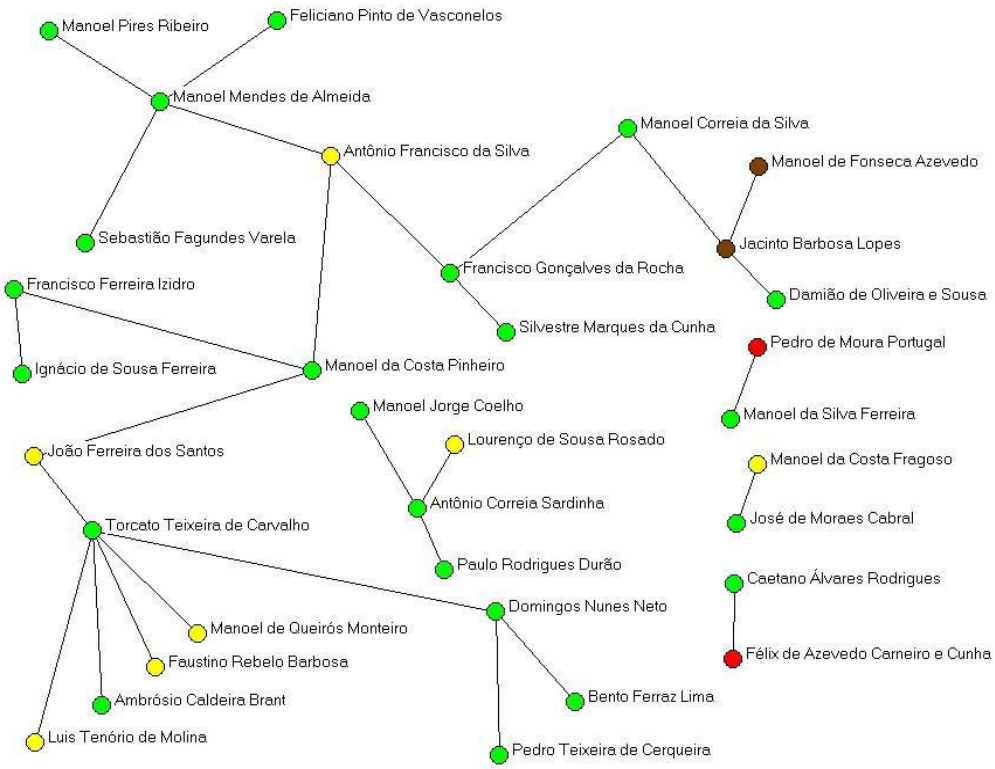
Torcato Teixeira de Carvalho está, basicamente, fechado em seu grupo, assim como Manoel Mendes de Almeida. Os casos como o de Antônio Francisco da Silva são dignos de nota. A princípio, supor-se-ia que eles apresentassem, na rede, uma alta *betweeness*. Porém, por se tratar de uma rede direcionada e pelo fato de esse elo não ter nenhuma ligação *indegree*, ele pode ser considerado um "elo fechado em si mesmo". O mesmo vale para Francisco Gonçalves da Rocha, Jacinto Barbosa Lopes e Antônio Correia Sardinha. Por outro lado, Manoel da Costa Pinheiro é o principal ponto de contado de toda a rede. Caso se considere a rede indireta (figura 4), ele se converte no único elo de intermediação entre os grupos centrados em Torcato Teixeira de Carvalho, Manoel Mendes de Almeida, Francisco Gonçalves da Rocha e Jacinto Barbosa Lopes.[11]

[9] A coluna A finda na oitava posição em função de os quatro próximos elos terem apresentado o mesmo grau, o que em nada acrescentaria no estudo que se pretende empreender. A coluna B finda na terceira posição em função de todos os demais elos terem apresentado *betweeness* de zero.

[10] Na coluna A, Francisco Gonçalves da Rocha e João Ferreira dos Santos apresentaram o mesmo coeficiente.

[11] Considerando apenas aqueles com, no mínimo, quatro elos conectados por um elo central.

© 2021 Global Journals



Legenda: Amarelo: revoltoso indireto; marrom: indeterminado; verde: não revoltoso; vermelho: revoltoso.

Figura 4: Gráfico indireto das procurações passadas pelos participantes da revolta de Vila Rica entre si (1712-1721)

Em boa verdade, e assumindo a rede indireta, após Manoel da Costa Pinheiro, Domingos Nunes Neto não mais figuraria como elo de poder elevado, mas cederia espaço para o próprio João Ferreira dos Santos e, posteriormente, para Antônio Francisco da Silva. Assim posto, a configuração de poder na rede não poderia deixar de entronizar Torcato Teixeira de Carvalho e Manoel da Costa Pinheiro. O primeiro em função de apresentar o maior grau e, de certa forma, ocupar uma localização de relativa importância como elo de intermediação. O segundo, devido ao fato de estar situado como o único conector entre dois dos maiores grupos da rede. Dentre os elos de maior poder, Jacinto Barbosa se encontraria atrás de Francisco Gonçalves pois, malgrado apresentarem o mesmo grau, esse último é caminho para o primeiro acessar o restante da rede. Semelhante abordagem acaba por minimizar o relevo da função grau em redes de baixa densidade, fato reforçado ao se observar Antônio Correia Sardinha, elo com o mesmo grau que Francisco Gonçalves e Jacinto Barbosa, mas isolado em seu grupo.[12]

III. Conclusão

A partir da análise das ligações estabelecidas pelos participantes da revolta de Vila Rica expressadas em rede sociais, o texto demonstrou não ser possível promover sua melhor compreenção caso se prescinda da conjugação dos níveis micro e macro entre si. Para tanto, deve-se observar as estratégias dos indivíduos à luz das alterações pelas quais a sociedade coeva passou. Conforme ficou comprovado, os revoltosos sempre ocuparam posições periféricas em termos de poder. Antes da revolta, houve apenas duas nomeações em relações duais (figura 2) e, após o término da sublevação, os sujeitos que atuaram contra o partido régio, malgrado tenham se feito mais presentes, continuaram a ocupar posições periféricas na rede – à exceção de Matias Barbosa da Silva (tabela 5). Contudo, houve uma distinta diferença entre os dois momentos. Após 1722, mesmo periféricos, os revoltosos pouco a pouco foram tomando parte nas redes reconfiguradas sob o novo contexto da capitania. Por seu turno, os revoltosos indiretos nunca deixaram de tomar parte nas relações sociais estabelecidas entre os membros da elite pluriocupacional de Minas Gerais. Quiçá, por terem desempenhado um papel indireto na revolta, esses indivíduos fossem mais hábeis em suas estratégias de relações sociais.

Em termos de operacionalização do estudo via análise de redes sociais, constatou-se não ser

[12] A análise das tabelas relativas à rede da figura 3 não revela um quadro que possa acrescentar à discussão que se seguiu. Contudo, optou-se por apresentar tais tabelas com vistas à contribuição para futuros estudos das relações sociais perpetradas pelos participantes da revolta de Vila Rica firmadas após o ano de 1722 através das escrituras de procuração (conferir as tabelas 5 e 6 após o término a conclusão que se segue).

© 2021 Global Journals

prudente entronizar quer a função grau, quer a função *betweeness* como instrumento definitivo de mensuração do poder de um elo no interior da rede. Mais do que um estudo de qualificação social do elo, ou de contextualização do cenário, o ponto em tela repousa em compreender qual a atribuição do elo na rede. Caso o foco recaia na quantificação dos laços, então o grau deve ser priorizado. Contudo, se o eixo de estudo for a interconexão, então a função *betweeness* obtém relevo (nem prescindir, naturalmente, de se observar a densidade da rede).

Outras questões próprias a uma abordagem histórica poderiam ter sido incorporadas ao corrente artigo. O mesmo pode ser dito no que toca à influência da sociometria na verticalização das redes sociais. Seja como for, semelhante esforço demandaria mais tempo e mais espaço do que seria prudente dispor em um artigo. Nessa esteira, oxalá o presente texto posa ter contribuído para fomentar esse tão necessário e profícuo diálogo.

Tabela 5: Comparação entre grau e *betweeness* da rede da figura 3

Posição Ordinária	Grau	*Betweeness*
1ª	Luís Tenório de Molina	Pedro Teixeira de Cerqueira
2ª	Custódio Rebelo Vieira	Francisco Gonçalves da Rocha
3ª	Manoel Mendes de Almeida	Domingos Nunes Neto
4ª	Bento Ferraz Lima	Bento Ferraz Lima
5ª	Francisco Gonçalves da Rocha	Manoel Mendes de Almeida
6ª	Matias Barbosa da Silva	Francisco Ferreira de Sá
7ª	Rafael da Silva e Sousa	Luís Tenório de Molina
8ª	Torcato Teixeira de Carvalho	Matias Barbosa da Silva
9ª		José Rodrigues de Oliveira
10ª		Antônio Correia Sardinha

Tabela 6: Hierarquia de poder na rede da figura 3 a partir da média ponderada das posições ocupadas pelos elos consoante grau e *betweeness*

Posição	A	B	C
1ª	Francisco Gonçalves da Rocha	Luís Tenório de Molina	Luís Tenório de Molina
2ª	Bento Ferraz Lima	Manoel Mendes de Almeida	Manoel Mendes de Almeida
3ª	Manoel Mendes de Almeida	Bento Ferraz Lima	Bento Ferraz Lima
4ª	Luís Tenório de Molina	Francisco Gonçalves da Rocha	Francisco Gonçalves da Rocha
5ª	Pedro Teixeira de Cerqueira	Custódio Rebelo Vieira	Custódio Rebelo Vieira
6ª	Custódio Rebelo Vieira	Matias Barbosa da Silva	Matias Barbosa da Silva
7ª	Domingos Nunes Neto	Rafael da Silva e Sousa	Pedro Teixeira de Cerqueira
8ª	Matias Barbosa da Silva	Pedro Teixeira de Cerqueira	Rafael da Silva e Sousa
9ª	Francisco Ferreira de Sá	Torcato Teixeira de Carvalho	Domingos Nunes Neto
10ª	Rafael da Silva e Sousa	Domingos Nunes Neto	Torcato Teixeira de Carvalho
11ª	Torcato Teixeira de Carvalho	Francisco Ferreira de Sá	Francisco Ferreira de Sá
12ª	José Rodrigues de Oliveira	José Rodrigues de Oliveira	José Rodrigues de Oliveira
13ª	Antônio Correia Sardinha	Antônio Correia Sardinha	Antônio Correia Sardinha

Abreviatura

ACSM: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana
EPB: Escritura de Procuração Bastante
LN: Livro de Nota

Bibliografia

1. ANASTASIA, Carla. "Sedição de Vila Rica". In: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna. Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 268-269.
2. APM, SC 11, fls. 249v.-251v. PARA os governadores da Bahia. 02 ago. 1720.
3. BARTH, Fredrik. Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth. London: Routledge & kegan Paul, 1981.
4. BIDART, Claire; CACCIUTTOLO, Patrice. En busca del contenido de las redes sociales: los "motivos" de las relaciones. *REDES Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 7, n. 2, p. 178-202, jun. 2009.
5. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros*: "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693 a 1737. São Paulo: USP, FFLCH, 2002 (tese de doutorado).

© 2021 Global Journals

6. DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
7. FIORAVANTE, Fernanda. *Os bons homens das Minas*. Lisboa: Novas Edições Acadêmicas, 2015.
8. GRANOVETTER, Mark. Acción económica y estructura social: el problema de la incrustacíon". In: SANTOS, Félix (Org.). *Análisis de redes sociales: Orígenes, teorias y aplicaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2003, p. 231-269.
9. HANNEMAN, Robert. *Introduction to social network methods*. University of Califórnia: Riverside, 2001.
10. KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *As múltiplas faces da escravidão*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012.
11. _____. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. Rio de Janeiro, UFRJ, PPGHIS, 2005 (dissertação de mestrado).
12. LEIVA, Pilar. Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuesta de análisis. *Revista Complutense de História de América*, Madrid, v. 34, p. 15-34, 2008.
13. LORRAIN, F.; WHITE, H. La equivalencia estructural de los individuos en las redes sociales. In: SANTOS, F. R. Análisis de redes sociales: orígenes, teorías y aplicaciones. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2003. p. 71-117
14. LOZARES, Carlos. La teoría de redes sociales. *Papers. Revista de Socilogia*, Barcelona, v. 48, p. 103-126, 1996. Disponível em < https://papers.uab.cat/article/view/v48-lozares >. Acesso em 24 out. 2020.
15. MICELI, Jorge. Los problemas de validez en el análisis de redes sociales: algunas reflexiones integradoras. *REDES – revista hispana para el análisis de redes sociales*, Barcelona, v. 14, n. 1, p. 1-45, jun. 2008. Disponível em < https://revistes.uab.cat/redes/article/view/v14-n1-miceli >. Acesso em 24 out. 2020.
16. MOLINA, José. *El análisis de redes sociales. Una introducción*. Barcelona: Ballatera, 2001.
17. ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
18. SANTILLI, Daniel. Representación gráfica de rede sociais: un método de obtención y yn ejemplo histórico. *Mundo agrário*, Buenos Aires, v. 3, n. 6, p. 1-21, 2003. Disponível em < https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/v03n06a01/1451 >. Acesso em 24 out. 2020.
19. SANTOS, Félix. *Redes sociales y sociedade civil*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2008.
20. _____. Orígenes sociales del análisis de redes. In: SANTOS, Félix (Org.). *Análisis de redes sociales: Orígenes, teorias y aplicaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2003, p. 4-12.
21. _____. El concepto de red social. *REIS – Revista española de investigaciones sociológicas*, n. 48, p. 137-152. 1989.
22. SCOTT, John. *Social network analysis*. 3ª ed. Los Angeles: SAGE, 2003.

© 2021 Global Journals